

O CEARENSE DELMIRO

José Parsifal Barroso

NOTA PRÉVIA

Quando já terminara a celebração do centenário de Delmiro Gouveia, como verdadeira glória do Ceará, tomei conhecimento do livro em que o senhor Olympio de Menezes estabelece dúvida acerca do local exato do nascimento do domador de Paulo Afonso, para concluir pela necessidade da aceitação de uma tese sociológica que anula a sua condição de cearense.

Resolvi escrever a presente réplica, por simples amor à verdade, sem qualquer preocupação literária, considerando apenas que, se já ousara apresentar Delmiro como o maior cearense, deveria então comprovar e sustentar a sua cearenidade (perdoem-me o neologismo), através deste ligeiro estudo de interpretação, a fim de fortalecer o pedestal do patrimônio de glórias da Terra da Luz.

Não poderia admitir a prevalência da tese sustentada no livro *Itinerário de Delmiro Gouveia*, embora considere digna de elogio a obra do ilustre escritor Olympio de Menezes, se a compararmos, em alguns pontos, sobretudo o capítulo "Perseguição", com as outras publicadas durante a comemoração do centenário, em 1963.

Minha refutação se impõe, unicamente, a bem da justiça e — por que não dizê-lo? — em favor do Ceará.

I — DÚVIDA ARTIFICIAL

Creio que o senhor Olympio de Menezes somente deveria ter desenvolvido sua tese contrária ao juízo que reconheceria

a qualidade de cearense em Delmiro Gouveia, não obstante a omissão do local do seu nascimento na certidão de batismo encontrada na Diocese de Sobral, se possuísse a prova irrecusável de um erro histórico.

Se o pioneiro da industrialização do Nordeste pudesse passar de cearense a pernambucano por força de uma documentação a que todos se rendessem, então valeria a pena ter escrito os dois primeiros capítulos da sua obra, com o objetivo de evidenciar o erro, e o *Itinerário de Delmiro Gouveia* começaria com uma retificação capaz de levar o escritor à imortalidade.

Mas se lhe era possível criar uma dúvida artificial, apenas para ensejar uma interpretação sociológica marcada pelo mesmo defeito, então melhor teria sido para o ilustre biógrafo de Delmiro desenvolver a tese contida na frase de Raimundo Girão, do seu estudo "Campos do Ipu e carretéis de linha de pedra", pronunciado no Recife: "O contato com os Leões, fá-lo-ia um Leão igual."

Escreve, aliás, Magalhães Martins (à pág. 24, de *Delmiro Gouveia, pioneiro e nacionalista*) que essa "imagem é do seu primeiro e esclarecido biógrafo, Plínio Cavalcanti, à qual aduz a de que o contato do meio civilizado foi a polia mecânica onde ele aprimorou as grandes virtudes inatas e já evidentes".

Para quem já havia, como eu, justificado uma parte da glória de Delmiro na sua cearensidade, alçando-a, por força desse imperativo, acima do nível máximo em que estão situados José de Alencar, Capistrano de Abreu e Clóvis Beviláqua, o surgimento dessa dúvida repercutiu como um impacto de ressonâncias incalculáveis, determinando de logo a manifestação dessa réplica, que é apenas o desenvolvimento da conferência por mim feita no Ipu.

Faz-se mister, preliminarmente, a apresentação dos motivos da dúvida, através do que o senhor Olympio de Menezes escreveu nos capítulos primeiro e segundo do seu *Itinerário*.

Após debuxar com mão de mestre a ambiência do Recife, onde iria ser plasmada a gigantesca personalidade de Delmiro, o senhor Olympio de Menezes prefere situar a vida do seu herói a partir da seca de 1877, época em que, a seu ver, Dona Leonídia Flora da Cruz Gouveia foi obrigada a vir do Ceará para Recife e quando ele já era um rapazote, com 14 anos.

Creio que a prevenção do escritor e biógrafo em relação ao Ceará começa a se manifestar quando menciona, com desnecessária ênfase, dois fatos realmente ocorridos durante aquele flagelo climático, desabonadores da conduta de alguns cearenses, mas sem nenhuma conexão com a vida do “civilizador de terras, águas e gentes”.

Não havia razão para fazer referência a um ponto negativo e feio da vida de José de Alencar, o qual, por ser muito sujeito à paixão política, chegou a negar a existência da seca de 1877; nem de mencionar também a reprovável conduta dos políticos que se aproveitavam da assistência enviada, pelo Governo, aos flagelados.

Se o ilustre senhor Olympio de Menezes não podia explicar, sociologicamente, a origem dessas manifestações negativas do caráter cearense, não deveria ter-se referido àqueles dois fatos, por mim estudados na obra inconclusa, *A Ambiência do oito ou oitenta*.

Como a referência não teve esse objetivo, então se evidencia o reprovável intuito de reacender, mais uma vez, a velha indisposição entre as duas terras que simbolizam as faces dos dois Nordeste, o da cana e o do boi.

Transcreverei, agora, o primeiro argumento constante dos seguintes trechos, à página 25 do *Itinerário de Delmiro Gouveia*: “Aquela retirada, na meninice, faz supor ter nascido no Ceará. Todavia no campo da suposição; não conseguimos prova insofismável do local onde nasceu, narraremos outras versões de pessoas idôneas, em novas fontes. Esclareçamos. De Manoel Aurélio Tavares Gouveia, parente de Delmiro, organizador e diretor da Fábrica de Tecidos de Goiana, com o Dr. Manoel Antônio Pereira Borba; do Desembargador José Neves, grande figura da nossa Magistratura, incapaz de uma assertiva sem base; de José Falcão Correia Lima, filho de També, inteligência vivaz, sempre cuidadoso nas suas informações, e de pessoas mais idosas daquela cidade, ouvimos que Delmiro nascera ali, na casa à Rua do Cajueiro, posteriormente remodelada para Cadeia Pública e ora demolida.”

Sentindo, talvez, a inconveniência de alicerçar seu argumento numa estatística de depoimentos a que se poderia antepor uma outra, à base de outras testemunhas, o senhor Olympio de Menezes apresenta à pág. 27 do seu *Itinerário*, argumento mais forte, porque baseado no próprio Delmiro. “Não conseguimos uma prova decisiva, esclarecedora, que ratificasse uma ou outra hipótese sobre o verdadeiro lugar do

nascimento desse incessante lutador. Embora ele, às vezes, se dissesse cearense, em nenhuma ocasião deixou prova incontestada, parecendo até que fomentava intencionalmente a dúvida. A rigor nem ele mesmo sabia onde nascera. No incidente Rosa e Silva, de que nos ocuparemos mais adiante, vindo à imprensa várias vezes em defesa das acusações que lhe faziam, amigos do Vice-Presidente da República, principalmente o *Jornal do Recife*, em um dos seus artigos, e apenas desta vez, afirma ser pernambucano.”

Finalmente, e ao modo de quem está sentindo a fragilidade da afirmativa, o senhor Olympio de Menezes apresenta à fl. 28 a sua conclusão: “Em suma, não devemos dar tanta importância ao local do seu nascimento; relevância merece o meio onde se formou e desenvolveu o seu caráter e Delmiro se fez rapaz e se tornou homem. Com os defeitos e virtudes do pernambucano, ele deve ser considerado, no sentido sociológico, filho do Recife, a cidade dos seus sonhos, para a qual traçou planos de embelezamento.”

Cuido, entretanto, que o senhor Olympio de Menezes articulou tão engenhosa e frágil seqüência de razões, por julgar que realmente vale a pena transferir a glória de Delmiro para Pernambuco, e, ao contrário do que pretende fazer acreditar, o escritor dá muita importância ao local do nascimento do seu biografado, quando justifica a prevalência do ambiente recifense, à falta do exato lugar em que teria nascido o maior dos cearenses.

Outro biógrafo do pioneiro da eletrificação de Paulo Afonso, o ilustre escritor Tadeu Rocha, também atribui a Delmiro a confusão que foi criada a respeito do local do seu nascimento, mas sem a preocupação de utilizar como base à dúvida sobre a condição de cearense, assim se expressando: “Delmiro Gouveia procurou, então, esconder as suas origens obscuras, dizendo-se natural de Sobral e nascido a 6 de junho de 1861. Se ele se dizia nascido nesse ano e comemorava seu aniversário a 6 de junho, ninguém tinha o direito de duvidar. Importantes jornais desta capital, como *A Província* de 1895 e 1898, por exemplo, registraram o aniversário do então “Major” Delmiro Gouveia como decorrido nesse dia. E foi, exatamente, a 6 de junho de 1914 que ele inaugurou a Fábrica da Pedra. A verdade porém é muito outra, ao que documenta a certidão do seu batismo, vulgarizada em fins de maio de 1961, pelo Senhor Bispo de Sobral, D. João Mota: Delmiro Gouveia nasceu a cinco (5) de junho de mil oitocentos e sessenta e três (1863). Era dois anos mais moço do que afir-

mava, certamente para despistar os curiosos de sua genealogia, que também nunca descobririam, em Sobral, os seus parentes, pois nascera em terras mais distantes, no Município do Ipu." (*Delmiro Gouveia, Pioneiro de Paulo Afonso*, pág. 11 e 12.)

Enquanto Tadeu Rocha se mostra bem compreensivo, o senhor Olympio de Menezes prefere adotar uma atitude oposta, esquecendo a lição de Gilberto Freyre para quem a sociologia é ciência de compreensão.

Parece-me que entre discutir a suposta dúvida à luz de provas testemunhais ou com apoio em uma declaração de Delmiro, cabia-lhe seguir o roteiro de uma interpretação compreensiva, capaz de entender as verdadeiras razões desse despistamento criado pelo próprio pioneiro da industrialização do Nordeste.

Infelizmente, a certidão do seu batismo, aceita por todos como valiosa para determinar a retificação da data do seu nascimento, não menciona o local em que teria nascido o imortal cearense, convindo ressaltar o caráter comum dessa omissão.

Moura Brasil, outro grande filho da Terra do Sol, por haver sido batizado no Rio Grande do Norte, sem que os seus pais mencionassem o local do seu nascimento, teve necessidade de suprir a omissão com o seu depoimento, quando os potiguares quiseram negar a sua condição de cearense, e o fez com rara habilidade.

Como o eminente médico era um tipo de cearense oposto ao de Delmiro, julgou necessário defender a sua cearenسية, enquanto o domador de Paulo Afonso preferiu ocultar a verdade sobre suas origens, mas sem negar a sua qualidade de cearense.

Deve ser observado, preliminarmente, que a certidão de batismo encontrada em Sobral é muito explícita quanto ao detalhe de haver sido batizado Delmiro Gouveia vinte e cinco dias após o seu nascimento, durante a desobriga que fazia o Vigário Coadjutor de Santa Quitéria, o que afasta a hipótese de que sua mãe o tivesse trazido de Pernambuco, poucos dias após o seu parto, batizando-o no Ceará.

Ressalte-se, em seguida, que a certidão de casamento de Delmiro representa a própria e definitiva qualificação que o astuto noivo já havia firmado como alicerce de sua vida em Pernambuco, alterando a data e o local de nascimento e eliminando, de uma vez por todas, a sua condição de filho natural, que é inequívoca na certidão do seu batismo. No pro-

digioso espetáculo da cria da personalidade daquele gigante, a golpes de engenhosa audácia, poderia até ser admitida a hipótese de que Delmiro se tivesse rendido à necessidade de optar pela qualidade de pernambucano, no momento em que firma definitivamente a sua condição de filho legítimo de Sobral.

Não o fez, entretanto, porque, se viesse a renegar a sua cearensidade, ela triunfaria sempre do artifício criado com a sua marca específica e inconfundível.

Custo a acreditar na confiança com que o senhor Olympio de Menezes formulou e desenvolveu seu raciocínio de analista percuciente, numa base frágil e de falso valor sociológico, quando mais acertado lhe teria sido conhecer as verdadeiras causas determinantes dessa modificação de dados que o domador de Paulo Afonso produziu com a sua astuciosa capacidade de adaptação, e que em nada o diminui.

Se assim houvesse agido, não teria desfigurado uma verdade tão fácil de ser aceita, porque, se Delmiro criou uma confusão sobre as suas origens, assim procedeu por ser um autêntico filho do Ceará, marcado pela especificidade que será apreciada a seguir.

Antes, e como homenagem ao mais fiel biógrafo de Delmiro, o ilustre ipuense Francisco Magalhães Martins, transcrevo o seu valioso testemunho.

II — VERDADE NATURAL

Há quase quarenta anos, o mestre de sociologia Gilberto Freyre pronunciou, em Fortaleza, a magistral conferência intitulada "Precisa-se do Ceará", com o objetivo de incluir o cearense entre os subgrupos nacionais, distribuídos conforme a sua concepção sobre as etnias.

Com muita honra para a Terra da Luz, o eminente brasileiro considerou o cearense um tipo ativista e andejo, sucessor dos Bandeirantes, especificado por um mínimo de miscigenação negra que nos antepõe ao subgrupo do Recôncavo Baiano.

Não me canso de lamentar que o apelo então dirigido por Gilberto Freyre à intelectualidade cearense, no sentido de serem estudados os complexos de cultura do Ceará na paisagem social do Brasil, até hoje esteja a esperar por um atendimento que debito à responsabilidade do Instituto do

Ceará, o que me impede de explicar a origem e a essência de cada especificidade.

Bem sei avaliar o caráter árduo e complexo dessa tarefa que o mestre pernambucano nos confiou, pois o levantamento da formação étnica do cearense demanda longas e custosas pesquisas para a fixação das contribuições de outros sangues, como o cigano, o judaico, o holandês e o francês.

Mas, em verdade, algo já poderia ter sido feito nesse sentido, de modo a se conhecer o delineamento dessa grande obra que seria a "História do Cearense", tão importante quanto a já bastante conhecida "História do Ceará".

Ainda que restrito ao terreno sociológico da observação e da interpretação, sempre entendi que o cearense teve sua formação marcada por aquilo que foi tão bemtraduzido na música "No Ceará não tem disso, não", mais conhecida do que o Hino do Ceará, e que se poderia definir como a ambivalência de oito ou oitenta, imposta pela contingência telúrica da torturante alternativa seca-inverno.

Creio que, à base dessa geratriz do Ceará-Moleque e do Ceará-Migrante, se forma o espartanismo nativo traduzido na capacidade preventiva de defesa e de adaptação do cearense, adquirida como uma blindagem, ao longo do prélio de suas vicissitudes de pobre e insulado, e que sempre o torna capaz de enfrentar o pior, predestinando-o para as aventuras em que aparece como o judeu do Brasil ou o sucessor dos Bandeirantes. Se lográssemos projetar, num espelho de duas alturas, as imagens do Ceará-Moleque e do Ceará-Migrante, confundir-se-iam as duas numa única imagem, como expressões ambivalentes de uma mesma manifestação da especificidade cearense.

Eis por que já adquiriu fama internacional a plasticidade de adaptação do migrante cearense, como o infinito encantador de suas variedades miméticas a exemplificar, sempre, o destino transregional e civilizador do subgrupo definido por Gilberto Freyre.

É lamentável que o ilustre escritor Olympio de Menezes não tenha utilizado esse roteiro de interpretação, através do qual o seu biografado viria a ser a maior e mais perfeita encarnação que soube desenvolver, ao máximo, a capacidade civilizadora de terras, águas e gentes, como de Delmiro disse tão à justa o eminente ensaísta e grande poeta de Pernambuco, o acadêmico Mauro Mota.

A ambivalência já referida, que se reflete nos extremos do bairrismo e do cosmopolitismo do cearense, somente co-

meça a diminuir e até cessar quando lhe cumpre exercer essa tarefa do destino transregional do seu subgrupo, e então passam a predominar as qualidades positivas ligadas ao ativismo andejo, suprimindo quaisquer deficiências de formação.

A permanência no seu habitat, bem ao contrário, acentua-lhe as qualidades negativas do Ceará-Moleque, manifestadas sob as mais variadas formas de desconfiança, de inveja, de ironia e, até, de impulso anárquico.

Não há negar que em Delmiro Gouveia predominou muito a herança paterna, parecido que foi a tantos respeitos com o Belo Farias, tão valente e forte quanto mulherengo e andejo.

Como se assemelham os dois nas aventuras que os tornam idênticos, no limiar do heroísmo capaz de transformar o pai em Capitão do Exército que morre, bravamente, na Guerra do Paraguai, enquanto o filho sabe descer ao abismo da cachoeira, amarrado em uma corda pela cintura, para dar exemplo a seus operários e se transformar no herói de Paulo Afonso.

Infelizmente, não consigo entender o motivo que afastou o senhor Olympio de Menezes da evidência dessa predominância do fator antropológico, com traços constitucionais tão típicos e de fácil identificação, levando-o a criar a prevalência da marca do Recife na formação da personalidade de Delmiro, num artificialismo inaceitável.

Ao invés de forçar a aceitação de tão esdrúxula tese, bem poderia ter admitido a prevalência da cearensidade que sempre impõe suas formas específicas na realização de um destino civilizador. Se assim tivesse agido, tornar-se-ia fácil ao biógrafo entender e explicar a razão daquela declaração pública de Delmiro, quanto à sua condição de pernambucano, ao tempo do incidente com o conselheiro Rosa e Silva, no Rio de Janeiro.

Note-se que essa sua declaração à imprensa carioca, reproduzida na do Recife, não quer dizer, a rigor, que ele se considerava de Pernambuco, por ser sua terra natal, mas, sim, adotiva, onde vivia e trabalhava desde muito moço.

Guiado pela tendência defensiva que é inata no cearense, quando enfrenta a maré alta ou baixa, o domador de Paulo Afonso sentiu a necessidade de se considerar coestaduano do seu adversário que agredira, para sofrer menos e levar alguma vantagem na sua luta emocionante e desigual contra o Vice-Presidente da República.

Ao se apresentar como pernambucano, para justificar melhor a gratidão que lhe devia o Leão do Norte, apenas repetiu a mesma atitude tática usada para ser aceito na sociedade do Recife, como filho legítimo de uma boa família de Sobral. Não vacilo em afirmar que a própria escolha da Princesa do Norte, para substituir o Ipu como local do seu nascimento, representou da parte de Delmiro um gesto radical de defesa preventiva, porque a tradição sobralense sempre se manifestou através das boas genealogias, numa sociedade com um tom de distinção aristocrática, e isso era ideal para a sua adaptação vitoriosa ao meio recifense.

Julgo oportuno exemplificar essa tendência específica de Sobral, inexistente em qualquer outra zona do Ceará, transcrevendo algo que se relaciona de perto com aquela descabida transcrição, que o senhor Olympio de Menezes faz, do diálogo do Presidente da Província, ao desembarcar em Fortaleza no auge da seca de 1877, e então ouve falar na “muamba”, que era o aproveitamento ilícito dos auxílios destinados às vítimas do flagelo climático.

Rodolfo Teófilo, à pág. 223 da sua *História da Seca do Ceará*, transcreve a seguinte copla da canção da “muamba”:

“A barca da muamba
corre mais que o vapor
Ai amor! Ai amor!”

O ilustre D. José Tupinambá da Frota, 1.º Bispo de Sobral, ao se referir à canção da “muamba”, assim se manifesta à pág. 476 da sua *História de Sobral*:

“Em Sobral também era conhecida a canção da muamba, cujos versos foram fielmente conservados pela memória popular. Aqui transcreveremos alguns:

No tempo da comissão
Todo o povo era ladrão
Só o povo de Sobral
Isso não, isso não, não!”

Quem não sente vibrar nessa canção, cujos versos refletem as especificidades das boas famílias de Sobral, a mesma manifestação defensiva e preventiva dessas negativas cearenses, ligadas à ambivalência do oitocentismo, tão atualizada na época atual, através do “Ceará não tem disso, não!” da música de Luís Gonzaga?

Ouso entregar aos estudiosos da língua nacional a pesquisa dessa utilização exagerada dos diminutivos e dos aumentativos, bem como das negativas reforçadas, pelos filhos do Ceará, conforme o grau de necessidade ou de interesse de cada um, na luta de cada dia e como manifestação de uma tendência para a apaixonada radicalização.

O ilustre historiador Raimundo Girão, em sintonia com o argumento ora defendido, quando se refere ao pai de Delmiro, no seu trabalho, mais divulgado em Pernambuco do que no Ceará, e publicado no jornal *Unitário*, sob o título "Campos do Ipu e Carretéis de Linha", diz que o herói da Guerra do Paraguai "deixou também, nas veias do filho, o gene, o sangue inquieto e ardente dos Farias, e no psiquismo do filho as poderosas forças da versatilidade, da impaciência realizadora, que seriam o lastro garantidor e fecundo dos triunfos do descendente".

No mesmo sentido, por igual, é a interpretação de outro ilustre biógrafo de Delmiro, o escritor J. C. de Alencar Ara-ripe, que em artigo publicado no jornal *O Povo*, no dia da comemoração do centenário, assim se expressou: "De Belo Farias, Delmiro Gouveia não herdou o nome da família. Mas, na personalidade do filho, destacam-se os traços dominantes do caráter do pai. O arrojo, a coragem física, que atinge as raias da temeridade, o gênio expansivo, o temperamento ar-reatado, o gosto pela aventura. Em certa fase da sua existência, tem-se até a impressão de que Delmiro Gouveia procurou reeditar as façanhas do seu genitor. Era a revivescência do ativismo paterno."

Na vida e na obra do pioneiro da redenção do Nordeste, portanto, avulta aos olhos de qualquer biógrafo essa blindagem inerente a todo cearense, com a qual Delmiro lutou e venceu como elemento civilizador, conquistando por milagre de autodidatismo a fortuna e a imortalidade, que brilhavam à luz galharda dos seus olhos enérgicos e dominadores.

Cuido não incidir em erro ao afirmar, em conclusão, que a lição sociológica de Gilberto Freyre não foi seguida pelo senhor Olympio de Menezes, quando tentou fazer prevalecer sua dúvida artificial e cerebrina, porque a verdade histórica e sociológica apresenta Delmiro à posteridade como a mais fiel e perfeita Verônica da gente cearense, na sua especificidade primacial que a situa no plano em que se imortalizaram os Bandeirantes.

A legenda de sua figura não o aproxima de sua mãe pernambucana, como símbolo que é do migrante ativista e an-

dejo, civilizador de muitos Brasis. Ele é a mais completa imagem do Ceará-Migrante, com a sua tendência ativista e plástica para as tarefas pioneiras e a sua expansão libertadora de afirmação e triunfo.

Forçoso se torna concluir, portanto, que a influência do Recife na formação da gigantesca personalidade de Delmiro não pode ter a ponderabilidade da sua marca inconfundível de cearense.

III — LIÇÃO CEARENSE

Novamente arrimado em Gilberto Freyre, para quem o Brasil necessita muito das virtudes específicas do cearense, cabe-me focalizar ainda a verdadeira essência da glória de Delmiro Gouveia, que procede e se liga diretamente à fonte de sua cearensidade.

O espartanismo nativo e o ascetismo fraterno que geram as mais variadas formas de cooperação no povo cearense manifestam em estado de rara sublimação, através de representantes seus a serviço dessa missão nacional, o espírito de objetiva autenticidade para a realização de interesses legítimos da nacionalidade.

Em meio a tantas dificuldades e lutas de competição e de esmagamento, o pioneiro da eletrificação de Paulo Afonso desenvolveu as mais inesquecíveis e exemplares provas de cooperação econômica, visando a corrigir as causas determinantes do subdesenvolvimento da região nordestina.

Nada o afastava de sua meta cardinal, nem conseguia diminuir o seu esforço civilizador, porque o destino lhe reservara a gloriosa missão de deixar a mais útil e inimitável lição de legítima cearensidade, em favor do Nordeste e do Brasil.

Desconfiado e, até certo ponto, avesso à conquista do poder político e à obtenção do favor governamental para a realização de sua obra civilizadora, Delmiro confiou apenas em si mesmo e quis deixar um exemplo para todos os tempos, capaz de servir como um roteiro de salvação nacional.

Ninguém mais será capaz de repetir, em favor do Brasil, a lição cearense da obra de Delmiro Gouveia, porque ninguém a seguiu e, cada vez mais, os seus sucessores se alongam do caminho áspero que somente ele soube e quis trilhar.

E ninguém, por outro lado, logrou realizar o prodígio ímpar de sua obra, que é do mais puro pioneirismo de uma in-

dustrialização realizada apenas, em benefício do povo e a favor do desenvolvimento econômico do Nordeste e do Brasil.

Longe de preferir uma indústria que pudesse funcionar como uma galinha de ovos de ouro, ao calor fecundante dos favores e privilégios governamentais, não vacilou em optar pela industrialização de uma matéria-prima cujo produto conseguisse, por si mesmo, substituir o similar estrangeiro, aliviando a economia popular e conquistando, sem ajuda artificial, os mercados de exportação.

A eletrificação de Paulo Afonso já é um pioneirismo patriótico, quando a situamos no conjunto das dificuldades enfrentadas pelo domador da cachoeira, num país que ainda hoje não possui um plano integrado da sua eletrificação.

Ela, no cenário da vida de Delmiro, já o nimba de suficiente e fulgurante glória, porque nenhum outro brasileiro poderá repetir mais tão emocionante façanha.

Mas o que projeta e ilumina, ao máximo, essa glória imarcessível, alicerçando a sua imortalidade de maior filho da Terra da Luz, é a sua preocupação constante de redimir o Nordeste, ajudando o povo, através de uma industrialização que impôs a linha de coser da Pedra como a melhor e a mais barata, rivalizando por si mesma e vantajosamente com a estrangeira, e podendo gerar, por seu valor intrínseco, o mercado de exportação.

Essa, não há negar, a lição imortal que o coloca acima do próprio Mauá, pois foi Delmiro o maior gênio industrial do Brasil.

Somente com aquelas qualidades cearenses, exaltadas por Gilberto Freyre, como necessárias à Pátria, e sempre postas perdulariamente a serviço do destino transregional do povo da Terra do Sol, para a civilização "de terras, águas e gentes", poderia Delmiro Gouveia realizar uma obra que se confundiria com o próprio anseio do Brasil, para se afirmar por si mesmo, superando tudo quanto se oponha à sua libertação econômica. Ela bem se projeta através do espaço e do tempo, como a maior lição de brasilidade dada por um cearense aos seus irmãos de ontem, de hoje e de amanhã, porque nenhum outro foi ou será capaz de a repetir, nas mesmas condições e com idênticas características.

A lição cearense do pioneiro da verdadeira industrialização do Brasil é e será sempre um roteiro de salvação nacional.